



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

DOCUMENTO: **Projeto de Lei Ordinária nº56/2021 – protocolo nº 543/2021**
PROCEDÊNCIA: **Vereadora Manoela Rosa Couto**
ASSUNTO: **Altera a Lei 4.047/2021 , Instituinto Políticas Públicas sobre Pessoas Desaparecidas.**
RELATOR: **Ver. Adenildo de Jesus Padovan**

RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 56/2021, de autoria da Vereadora Manoela Rosa Couto, protocolado nesta Casa sob o nº **543/2021**, que *Altera a Lei 4.047/2021 , Instituinto Políticas Públicas sobre Pessoas Desaparecidas.*

PARECER

Analizando o presente verificamos que o mesmo necessita de alterações em sua redação desta forma colocamos :

Artigo 1º fica com a seguinte redação:

Art.1º- O poder executivo disponibilizará em seu endereço eletrônico e em suas redes sociais as informações sobre as pessoas desaparecidas no município quando solicitado pela respectiva família ou quando for de conhecimento da autoridade policial e através de eventuais convênios firmados com órgãos estaduais e federais.

Altera a numeração do parágrafo único do artigo 1º, para parágrafo terceiro em consonância com a lei anterior que está sendo alterada.

§3º As informações a que se referem o caput deste artigo são:

I- nome

II- filiação

III data de nascimento

IV características

V- fotos

VI-se possui alguma enfermidade de ordem psíquica

VII- outras informações que julgar pertinente.

Exclui o Art 2º inserindo sua redação no inciso III do art 3º

Art 3º.....

I.....

II.....



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

III- a página eletrônica a que se refere o artigo anterior deverá conter atalhos de ligação (links) com páginas (sites) existentes na internet relacionadas ao desaparecimento de pessoas.

Altera a redação do artigo 5º

Art.5º Esta lei entra em vigor no prazo de 30 dias após a publicação.

Renumerar os artigos desta lei ficando sua estrutura como a formada abaixo

Art 1º-O poder executivo disponibilizará em seu endereço eletrônico e em suas redes sociais as informações.....

§1º.....

§2º.....

§3º As informações a que se referem o caput deste artigo são:

I- nome

II- filiação

III data de nascimento

IV caracter

Art 2º.....

I.....

II.....

III- a página eletrônica a que se refere o artigo anterior deverá conter atalhos de ligação (links) com páginas (sites) existentes na internet relacionadas ao desaparecimento de pessoas

Art 3º.....

Art.4º Esta lei entra em vigor no prazo de 30 dias após a publicação.

Diante do exposto o nosso parecer é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em questão com as alterações propostas.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2021

De acordo:

Ver. Adenildo de Jesus Padovan

Relator

Aprovado o Parecer
Em 08.09.2021
Presidente da Comissão

Contrário: